

CONSUMO DO ETHOS E MERCADORIZAÇÃO DA CIDADE

Profa. Odette Carvalho de Lima Seabra¹

Este tema, num nível bastante geral, quer enfrentar o problema da relação entre qualidade e quantidade sob o pressuposto de que a metamorfose da cidade em metrópole, como de fato ocorreu com a cidade de São Paulo, foi dando lugar à lógica e à supremacia da quantidade. Processo que está ligado à urbanização da sociedade como um fato inexorável, tanto que, num tempo relativamente curto, a cidade foi ganhando a complexidade de uma metrópole e como tal, na atualidade chega a ser de domínio dos grandes números pela concentração de população, de negócios, de dinheiro, enfim, de capital. Por isso é movida por uma sociedade de massas que está recortada e articulada segundo interesses e razões próprios de uma sociedade de classes, formada na periferia do capitalismo.

Como um princípio genérico sabe-se que os atributos de qualidade e de quantidade expressam-se, inversamente (um no outro); que a expressão quantitativa da metrópole se traduz em perda de qualidade no âmbito das experiências vividas. Embora nem todos percam da mesma forma e na mesma proporção. Pois a situação de classe insere cada um e todos na sua estrutura com suas funções (desde o catador-carinheiro ao motorista do judiciário ou à professora...).

Logo, como disse, nem todos perdem da mesma forma e na mesma proporção. A regra é a ambivalência que expressa de um lado, conquistas técnicas, científicas, políticas (saber e ciência) que, por outro lado, não podem ser traduzidas em termos de melhor qualidade no âmbito das vivências compartilhadas porque a apropriação, entendida por fruição, só pode se realizar pela mediação da propriedade. Propriedade de coisas equivalentes a dinheiro, propriedade de dinheiro mesmo, propriedade de tempo (duração).

Que a cidade burguesa, na sua formação, foi sendo apresentada por seus produtos e obras, acumulando representações muito positivas de cidade, as quais tiveram força de projetar-se para a sociedade inteira, chega a ser uma evidência. Mas a cidade liberal no plano político era já uma realização do domínio de classe.

A questão assim colocada propõe o problema de que a cidade burguesa produziu um quadro de vida que se traduz por perdas, passíveis de serem apreciadas de modo mais adequado, a partir da metropolização avassaladora que envolveu algumas cidades. Esse quadro de perdas pressupõe os acúmulos que estão na base e que justificam a grande concentração. São Paulo é o parâmetro da formulação que se segue.

Construindo a urbanidade na dialética da cidade e do urbano.

A cidade burguesa enquanto realização de um ideário de classe não pôde produzir apenas uma ideologia da cidade como obra, teve também que efetivamente produzir obras. A

¹ Professora no Departamento de Geografia –FFLCH-USP

modernização necessária para adequar a cidade tradicional na qual predominava funções de entreposto comercial, às exigências que a modernização da vida urbana significou, já no século dezenove, (considerando as cidades européias e mesmo algumas grandes cidades da América como Nova York, Buenos Aires e Montevideo entre outras), implicou mudanças qualitativas muito grandes em termos do quadro de vida das populações oriundas dos campos. Esse fato chegou ser um assunto de tamanha relevância que ocupou os clássicos do pensamento social, tanto que Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, discutiram os processos do capital e a superação da oposição cidade-campo.

Que a cidade burguesa, na sua formação, foi sendo apresentada por seus produtos e obras, acumulando representações muito positivas de cidade, as quais tiveram força de projetar-se para a sociedade inteira.

A cidade liberal no plano político era já uma realização do domínio de classe.

Uma primeira questão está em considerar que as urbanizações massivas do século XX mobilizaram contingentes expressivos de população de um continente para outro, de uma região para outra, do campo para a cidade; que as cidades que se formavam, se estruturavam em função das necessidades postas pela industrialização. Teve tal abrangência este processo que ao findar o século XX a população, não apenas no Brasil, mas mesmo a população mundial adquiriu um perfil predominantemente urbano.

A dificuldade está em demonstrar que as cidades que ficaram no centro de tais processos como é o caso de São Paulo, foram modernizadas e que, enquanto tais, cumpriam funções civilizadoras na sociedade, funções apregoadas no ideário do progresso material, o qual se desdobrava no plano político (nas políticas higienistas, sanitárias e educacionais). Só que, por integrarem um processo contraditório em sua essência, jamais os intentos programáticos de tais políticas puderam se realizar plenamente nas nossas cidades, tal como é o caso de São Paulo.

A cidade de São Paulo ficou no centro da divisão territorial do trabalho no Brasil. Como tal tornou-se centro de produção e reprodução da sociedade, lugar de acumulação de riquezas e também de saberes e de política. A repartição da mais valia para um enorme território nacional como é o Brasil, se fez a partir de São Paulo, por um bom lapso. No entanto, a riqueza mobiliza a pobreza por isso desde muito cedo, nesta cidade foram sendo acomodados aqueles que não tinham lugar e que eram os ex-escravos, pobres, mulheres sem marido, crianças sem proteção...

Em São Paulo esse período foi inicialmente marcado por uma forte acumulação de capital mercantil que foi o suporte da riqueza e a base para a formação de uma elite local empreendedora e até ilustrada em alguns dos seus segmentos. Abriu-se uma época na qual a sociedade rapidamente se urbanizava segundo os padrões europeus, em função das expectativas econômicas da reprodução capitalista da riqueza aqui concentrada. Assunto que é por demais conhecido entre nós e que diz respeito à acumulação mercantil e a reprodução endógena do capital pela indústria. Mas também, como se sabe, a um tal movimento da economia correspondeu estruturas políticas do Estado que se formavam na concepção de políticas públicas interessando ao funcionamento do urbano como âmbito de vida social, o qual se desdobrava em inúmeras funções. Fossem elas suporte da produção

material como geralmente são constituídas a infraestrutura material das cidades ou de estruturação das funções públicas mais ligadas à reprodução da vida, as quais costumamos relacionar à educação e até à cultura da sociedade. Impunha-se a necessidade de modernizar a cidade.

A atuação do Estado foi exemplar no sentido de reforçar o caráter urbano dos modos de vida. O que implicava em introduzir, muitas vezes a qualquer custo, novos procedimentos na vida cotidiana, mesmo negligenciando o fato de que grande parte da população da cidade era de perfil rural. Nas cidades em franco processo de industrialização, na primeira metade do século XX, trabalhadores recém egressos do campo e outros já mais integrados à vida urbana, compunham o exército de trabalhadores fabris. Nesse movimento em direção à modernização da cidade, a população tradicional que era cabocla de um ponto de vista étnico, e caipira segundo seus modos de vida, tenderia a desaparecer.

Porém, o mais importante era de fato a cultura cívica caminho pelo qual era forjado um pertencimento incondicional da nação ao Estado. A bem da verdade, como se tratou de uma sociedade de imigrantes a cultura cívica tinha, antes de tudo, que forjar a nação cultivando os atributos de nacionalidade.

O ensino das primeiras letras com a implantação e difusão da escola pública foi, talvez, o principal caminho para a consecução de tais objetivos. O movimento político em direção à alfabetização implicava no uso de cadernos e cartilhas, pelos quais, se difundiam as letras dos hinos e os emblemas da heráldica nacional. Também os desfiles cívicos, em comemoração a fatos e feitos sempre visaram à afirmação da nacionalidade com a integração dos indivíduos à sociedade mais ampla. Nessas ocasiões a cidade era vivida, assumida como espaço de representação. Como teatro no qual cada um e todos tinham um papel a desempenhar. O impulso modernizador da cidade e da vida parece ter podido esconder como tais representações estavam envoltas na ideologia do progresso material.

A formação de uma elite local e a difusão da cultura urbana, que impregnava os modos de ser de contingentes expressivos ocupados em funções urbanas, fosse através da imprensa, da radiodifusão ou do cinema, criava práticas que se traduziam em novas sociabilidades. Nesse amalgama, dizem alguns, tem lugar a ruralização da cidade. Por outro lado, não é menos verdadeiro que o migrante tornando-se cidadão está a um passo para atuar no plano político e assim apropriar-se da sua própria condição.

Fato é que um ethos urbano, como substância subjetiva que liga até mesmo os diferentes ao Lugar (subentendido aqui como categoria analítica dos processos concernidos), pôde emergir com muita força na cidade quando ainda os elementos fundantes da ordem urbana estavam em formação.

Não obstante a diferenciação social seja entre grupos ou camadas (tal como se atualiza a discussão de classes sociais no presente), que acompanha desde sempre o desenvolvimento urbano, o ser paulistano chegou a ser cultivado com muita intensidade; qualidade ou atributo que perpassou a sociedade de cima abaixo. Sendo que, as formas lúdicas de emprego do tempo, no centro, nos bairros, nas vilas, nos arrabaldes e subúrbios, tiveram a força de cultivar tais pertencimentos. Sobre este aspecto o futebol como prática coletiva que se

generalizava desde as primeiras décadas do século XX, inseria-se nas artes de fazer, nas coisas do povo, contribuindo a seu modo para forjar e alimentar tais pertencimentos.

O objetivo aqui era o de sugerir elementos para apreciar as circunstâncias nas quais a reprodução dos valores e princípios da urbanidade articulava por dentro os pertencimentos e produzia identidades no Lugar. Agora, trata-se de apontar que num quadro da urbanização desenvolvida, portanto quando o urbano traduz o modo de vida, como o horizonte de pertencimentos é difuso, de tal forma que iniciativas que pudessem qualificar tais pertencimentos, já não repercutem na sociedade. Agora ocorre o consumo do ethos, o qual coincide com a explosão da cidade e a configuração da metrópole. E, neste ponto seria fundamental considerar o ponto crítico.

O ponto crítico expressa-se em um tempo. É um tempo de não retorno. Tempo no qual os fatos e os feitos da urbanidade parecem não se reproduzirem enquanto tais (p.ex. os dilemas da escola pública, as indefinições da família enquanto nível elementar de sociabilidade...), comumente ditos como perda de referenciais. Antony Guiddens, por exemplo, diz tratar-se de uma situação na qual se sucedem enormidades de eventos que não parece possível de serem apreendidos em termos lógicos.

Isto faz lembrar Henri Lefebvre quando, num texto magistral, discutia a reprodução das relações sociais de produção; dizia ele: “a produção nem é tanto problema, problema mesmo é a reprodução, afinal como repor todos os elementos da produção para realizar a reprodução ampliada?”. Creio que uma tal advertência valha para a sociedade e seu espaço. É este o problema que nos aproxima da questão da metrópole como fenômeno e da metropolização como processo.

Consumindo a urbanidade na dialética da cidade e do urbano.

Mesmo considerando que o desenvolvimento é desigual em profundidade, ou seja, que há descompasso entre múltiplos e diferenciados circuitos da economia, é possível pensar a circunstância na qual o funcionamento crítico de um setor repercute negativamente no outro, evoluindo para uma situação que é por natureza crítica.

Isto porque a reprodução ampliada, tal como ocorre nos fundamentos do desenvolvimento do capital enquanto forma da riqueza, só se faz integrando espaço (a cidade) e tempo como trabalho. E, exatamente porque a concentração espacial desses elementos está entre as premissas do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social, a metrópole é afirmação positiva, necessária desse desenvolvimento. Mas é também e ao mesmo tempo, a negação da urbanidade.

Nestes termos o processo de concentração, implicado nas transformações urbanas, está calcado no aprofundamento crescente da *divisão do trabalho* e na difusão do dinheiro como mediador fundamental das relações. Por tais acúmulos a estrutura normativa (abstração do direito..) e as estruturas materiais (edificações) passam não comportar a magnitude do urbano em processo de concentração. Ai então a quantidade vence a qualidade e a partir de um certo e mais ou menos preciso ponto, a autodestruição da cidade torna-se evidente. Estamos, assim, já em condições de pensar a metrópole como o reino da quantidade:

grandes números, sociedade de massas, grandes espetáculos, grandes orçamentos, estádios superlotados... Que é, sobretudo, o reino do valor de troca, que se reproduz numa situação crítica.

A hipótese que sustenta este raciocínio é de que a cidade, enquanto forma histórica, apresenta nos seus estádios de desenvolvimento uma certa, mas bem determinada correspondência com as peculiaridades da formação social em geral (formação social capitalista), mas também da formação específica. Ou seja, na cidade está reunido o *universal e o singular*. E, é na dialética da coesão e do conflito que a historicidade da cidade pode servir à orientação da pesquisa teórica.

A metrópole de São Paulo tem sido identificada por cidade global ou cidade mundial no discurso que pretende discernir, associando, os fenômenos ligados à urbanização com a globalização. De fato, São Paulo constitui uma síntese do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social e é hoje a contradição revelada de inúmeros processos que aqui foram sendo acolmatados nestes últimos cem anos.

Mas é como metrópole do capitalismo global que São Paulo integra, na atualidade, o sistema mundial de cidades, *as cidades intencionadas*, no dizer de Anik Osmon, que se erguem sobre os escombros do processo de urbanização –fragmentação, resultado de toda a fase industrialista de nossas cidades.

Uma possível Geografia da metrópole

A relação entre qualidade – quantidade pensada relativamente à cidade e à metrópole, implica também em reconhecer as mudanças no âmbito da vida cotidiana. Pois, a prática sócio espacial no urbano, própria da metrópole, constitui uma experiência muito complexa, envolvendo a um só tempo, contingências e acasos, determinações e indeterminações.

O processo de constituição da metrópole implicou na superposição de práticas, (as mais simples situadas no cotidiano) na substituição de conceitos e normas, pode-se mesmo dizer que a metrópole na sua constituição revolvia os modos de vida verticalmente atingindo a menor das escalas que é a moradia e em extensão iam sendo agregados espaços circundantes. Formou-se uma região urbana de grande complexidade e densidade.

Os estudos regionais têm focado a metrópole muito mais do ponto de vista da ciência positiva. A abordagem alternativa que proponho é de considerar os fenômenos e processos de um ponto de vista qualitativo. Por isso iniciei meu estudo a partir do elementar, do bairro urbano, na expectativa de que seguindo analiticamente suas transformações pudesse apreender a historicidade do urbano e com isso seus limites e contradições.

